

Por Agência Estado

O diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Gustavo Borba, deu prazo adicional de dez dias para que os acusados no caso que apura irregularidades em negócios realizados na bolsa pela carteira própria da Prece, fundo de previdência complementar da Cedae, e seus fundos exclusivos se manifestem sobre uma prova produzida no processo. Aberto em 2012, o processo tem entre os 37 acusados o ex-deputado estadual Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e o doleiro Lúcio Funaro.

A prova é uma planilha elaborada pela Superintendência de Processos Sancionadores (SPS) com os cálculos de probabilidade de ganhos sistemáticos dos envolvidos. As operações na mira do órgão regulador do mercado de capitais ocorreram de novembro de 2003 a março de 2006, intermediadas por diversos agentes, como as corretoras Gradual e Novinvest e as distribuidoras Laeta, Novação e Ficsa.

A CVM constatou uma perda de R\$ 39 milhões em "ajustes do dia" para os fundos da Prece - Roland Garros, Lisboa, Flushing Meadow, Hamburg e Stuttgart - em negócios com contratos futuros de Índice Bovespa, dólar e taxa de juros de um dia. Os investidores na outra ponta dos negócios só obtiveram lucro nas operações. Para a SPS, isso somente se justificaria por um esquema irregular de negócios.

Fonte: [EM](#), em 09.08.2017.